

A Peste Negra na Epigrafia Medieval Portuguesa

Mário Jorge Barroca *

Há quarenta anos, nas Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval, era editado um estudo pioneiro sobre a Peste Negra em Portugal, orientado pela Professora Virginia Rau, da autoria de quatro historiadores – A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Luís A. de Oliveira Ramos e Humberto Baquero Moreno – que marcaram de forma indelével a historiografia portuguesa nas décadas seguintes¹. Este estudo, que continua a ser citado por todos quantos pretendem abordar a Peste Negra que assolou a Europa e Portugal em 1348-49, serve de mote a esta pequena nótula que pretende chamar a atenção dos historiadores para essa *outra* fonte documental que é a Epigrafia Medieval onde, como seria de esperar, a crise da Peste Negra também se encontra reflectida. Ao longo da sua carreira o Professor Doutor Humberto Baquero Moreno regressou por diversas vezes ao tema da Peste Negra², não esquecendo também outras epidemias pestíferas que assolaram o reino nos Sécs. XV e XVI³. Esta circunstância justifica que, na hora de prestarmos esta singela homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, a nossa escolha tenha recaído sobre este tema que lhe é tão caro.

A história da Peste Negra em Portugal tem vindo a ser escrita aos poucos, graças aos contributos de diversos autores⁴. No entanto, e apesar do valor e do interesse desses contributos, atrevemo-nos a afirmar que Portugal continua a aguardar a monografia que o tema impõe. Como se sabe, são conhecidas diversas referências documentais à Peste Negra em Portugal, quase todas elas espelhando a situação dramática que se viveu no reino a partir do Verão de 1348. Uma das passagens mais celebrizadas é, sem dúvida, aquela que se encontra exarada no *Livro das Eras* de St^a. Cruz de Coimbra, onde um monge registou que na “*Era de mil e trezentos*

* Do Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/nº, 4150-564 Porto.

¹ A. H. de Oliveira Marques, Iria Vicente Gonçalves, Luís António de Oliveira Ramos e Humberto Baquero Moreno, “Para o estudo da Peste Negra em Portugal”, *Bracara Augusta*, vol. XIV-XV, Braga, 1963, pp. 210-239.

² Cf. “Um Testamento concebido durante a Peste Negra”, *Bracara Augusta*, vol. XXXII, nº. 73-74, Braga, 1978, pp. 125-141; “Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-85”, *Bracara Augusta*, vol. XXXVII, nº 83-84, Braga, 1983, pp. 373-386; “A Peste Negra e os Legados à Igreja”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. VI, Porto, 1991, pp. 133-144.

³ Vd., por exemplo, “A Epidemia de 1453-54”, *Revista de Ciências do Homem*, vol. 1, nº 1, Lourenço Marques, 1968, pp. 1-23; “Um documento sobre a Peste de 1453-1454”, *Tellus*, nº 10-11, Vila Real, 1983, pp. 15-20; “Documentos inéditos para o estudo da «Peste Pequena» de 1599”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. I, Porto, 1986, pp. 227-238.

⁴ Sobre a Peste Negra em Portugal, para além da bibliografia citada nas notas precedentes e sem a preocupação de sermos exaustivos, veja-se ainda António Baião, “As Freiras de Lorvão e a Peste de 1348”, *O Instituto*, vol. 100, Coimbra, 1942, pp. 734-737; Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, vol. V, Lisboa, 1945, pp. 166-170; António Jorge da Costa Tunhas, *A Peste Negra. Notas para uma interpretação Psico-Social*, Diss. de Licenciatura, Porto, Faculdade de Medicina, 1965; Virgínia Rau, “Un document portugais sur la Peste Noire de 1348”, *Annales du Midi*, «Hommage a Yves Renouard», vol. 78, 1966, pp. 331-334 (trad. portuguesa: “Um documento português sobre a Peste Negra de 1348”, in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, 1986, pp. 128-131); Mário da Costa Roque, *As Pestes Medievais Europeias e o «Regimento proveitoso contra a Pestenença»*, Lisboa, Valentim Fernandes, [1495-1496]. *Tentativa de Interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*, Lisboa-Paris, FCG, 1979; Maria Helena da Cruz Coelho, “Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra”, *Revista Portuguesa de História*, vol. XVIII, Coimbra, 1980, pp. 312-331 (reed. in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XIV)*. I. *Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990, pp. 60-72).

*e oytenta e seys anos foy grande mortaydade polo mundo assy que ygualmente morrerom as duas partes das gentes. Esta mortaydade durava na terra por spaço de tres meses. E as mayns dores das doenças eram de levacoens que tijnham nas verilhas e so os bracos. E as de mayns das gentes também as que morrerom como as que ficarom todos ouverom estas doores.*⁵. Em nota à margem deste registo alguém esclareceu: “*Por sam Miguel de Setembro se compeçou esta Pestilencia*”. Com base nesta anotação, a maior parte dos autores tem defendido que a crise pestífera começou a sentir-se em Portugal a partir de finais do mês de Setembro de 1348, embora nos pareça provável que possa ter começado a assolar o reino um pouco antes, já em Julho ou Agosto⁶. No *Livro das Lembranças* do Mosteiro de St^a. Cruz encontramos outro registo de teor sensivelmente idêntico⁷. O cômputo de dois terços de mortes em consequência da Peste Negra – um dos mais insistentemente referidos pela documentação da época – foi igualmente registado no *Chronicon Alcobacense*: “*Era M^a. CCC^a. LXXX^a. V^a. Fuit generalis pestilencia per toto mundo in qua mortui sunt dues partes hominum.*”⁸. No entanto, não foi o único número apontado pelas fontes da época. Fr. Joaquim de St^a. Rosa Viterbo registou, no seu *Elucidário*, uma passagem de um célebre documento da Colegiada de S. Pedro de Almedina, onde se referia um índice de mortalidade bem diferente, pretendendo-se que nove em cada dez pessoas haviam falecido com a Peste Negra⁹. Este documento, que depois de Viterbo o ter referido andou perdido durante muito tempo, foi adquirido e publicado na íntegra por Virgina Rau. Nele se regista que “... *en o ano da Era de mil e trezentos e oyteenta e sex anos veo a pestilencia e a morteadade de door de levadigas per todo o mundo tam grande, que nom ficou hi viva a dizima dos homees e molheres que entom hi avia. E en o dicto ano morrerom o priol e o chantre e todos os Raçoeyros da Egreia de sam Pedro da Almidinha de Coimbra buums depos outros todos en buu mes*”¹⁰. Certamente que nenhum destes cômputos oferece grandes garantias de ser fidedigno, mas ambos revelam o terrível impacto que a epidemia teve e a forma como ele foi sentido na época. O suficiente para que, um século mais tarde, D. Duarte ainda a registasse nos seus apontamentos particulares. Com efeito, nas “*Memorias de algumas cousas que acontecerão em diversos tempos*”, juntamente com mais uma dezena de eventos, o monarca anotou: “*Era de mil iij^o lxxx bj. foy a pestelencia grande em que foy morta muyta gente.*”¹¹.

Dispersas pela mais variada documentação deparamos com referências à enorme epidemia de 1348-49, particularmente gravosa nos meios monásticos e nos espaços urbanos, onde o

⁵ Cf. António Cruz, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, pp. 80-81.

⁶ Mário da Costa Roque sugere mesmo que a epidemia possa ter entrado em Portugal em Março ou Abril (cf. Mário da Costa Roque, *As Pestes Medievais Europeias e o -Regimento proveytoso contra a Pestenença-, Lisboa, Valentim Fernandes, [1495-1496]. Tentativa de Interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais*, Lisboa-Paris, FCG, 1979, pp. 123-136, sobretudo pp. 135-136). Identica posição seria defendida por Humberto Baquero Moreno, “Reflexos da Peste Negra na Crise de 1383-85”, *Bracara Augusta*, vol. XXXVII, nº 83-84, Braga, 1983, pp. 377-381.

⁷ Cf. António Cruz, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, p. 95.

⁸ *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, p. 22.

⁹ Cf. Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário de Palavras, Termos e Frases ...*, vol. II, Porto, 1966, p. 362 (s.v. “Levandigas”).

¹⁰ Cf. Virginia Rau, “Um documento português sobre a Peste Negra de 1348”, *Estudos de História Medieval*, Lisboa, 1986, p. 130. A situação foi de tal maneira dramática que foram empossados novos titulares dos cargos de prior, chantre e raçoeiros, os quais confessavam que não sabiam “*o custome da dicta Egreia, nem commo sse soyam de partir os beens e fructos e direitos dela antre os Raçoeyros que hi foram ante nos*”.

¹¹ Cf. *Livro dos Conselhos de ElRei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. de João José Alves Dias, Lisboa, 1982, p. 202. D. Duarte foi um monarca particularmente atento ao flagelo da Peste. No *Livro dos Conselhos* encontramos uma *Receita contra a Peste* (op. cit., p. 278), e no *Leal Conselheiro*, o monarca consagrou o capítulo 54 às “*Razões por que me parece bem fugir aa pestellença*” (cf. *Leal Conselheiro*, ed. de João Morais Barbosa, Lisboa, 1983, pp. 270-276). O monarca não tinha, de resto, motivos para menos já que sua mãe, a Rainha D. Filipa de Lencastre, falecera nas vésperas da partida da armada para Ceuta, vitimada pela Peste em 1415. Sobre a Epidemia de 1414-16 veja-se o relato de Gomes Eanes de Zurara (*Crónica da Tomada de Ceuta por elRei D. João I*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, 1915, Cap. 35, p. 136, e Cap. 38, p. 147).

contacto humano facilitava o contágio. A 4 de Novembro de 1349 a Abadessa do Mosteiro de Lorvão queixava-se que "... *en esta pestilença se morrerom a maior parte das donas que avia no dito mosteiro ...*"¹². Em 1348 o Mosteiro de Seiça afirmava que perdera, em dois meses, 150 pessoas, entre clérigos e caseiros¹³. Fr. António Brandão, baseando-se em "*livro autêntico*", registava que o Mosteiro de Alcobaça vira morrer 150 monges com a Peste Negra. O Mosteiro de S. Torcato, junto a Guimarães, viu-se reduzido a apenas quatro monges nos meados do Séc. XIV¹⁴. O Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, foi igualmente duramente afectado pela epidemia, tendo falecido o próprio Abade, como se revela numa carta que D. Afonso IV enviou ao Papa Clemente VI pedindo que confirmasse D. Gonçalo Garcia, cónego do mosteiro, como novo Abade: "... *quod anno pestilentie, vacante monasterio sancti vicentii extra muros Ulixboñ, ordinis sancti Augustini ...*"¹⁵. Pela mesma ocasião o monarca escreveu ao Papa pedindo que confirmasse novos prelados para as igrejas de St^a. Maria de Arruda, S. Cucufate de Cuba e outros templos que não discrimina, que tinham ficado vacantes com a Peste¹⁶. De resto, apesar de muitas vezes não se referir explicitamente a Peste Negra, o elevado número de pedidos de confirmação de clérigos para lugares vagos, que se detecta a partir de finais de 1348, não pode deixar de ser relacionado com a epidemia. A Peste Negra não efectou apenas comunidades monásticas, fazendo-se sentir igualmente nas Sés. É sobejamente conhecido o caso de D. Gonçalo Pereira que, em fins de 1348 escrevia ao Papa Clemente VI dando conta da terrível epidemia que grassava entre o Cabido da Sé de Braga e comunicando-lhe a nomeação de vários nobres para ocuparem os cargos entretanto que estavam vagos: "... *quod propter mortalitatem inmensam et orribilem que in illis partibus duravit, sicut durat, vestra Bracharensis ecclesia est ministrorum solatio destituta in tantum quod vix divinum officium per residentes potest expleri. (...) providit de subsequentibus dignitatibus et beneficiis vacantibus personis nobilis benemeritis potentibus et multum necessariis sibi et dicte ecclesie ...*"¹⁷. D. Gonçalo Pereira refere explicitamente a morte do Deão D. Martim Zote, do Chantre D. Martim Esteves e do Cónego D. João Martins. A carta de D. Gonçalo Pereira, que deve ter sido enviada em inícios de Dezembro de 1348, obteve resposta do Papa Clemente VI logo em 7 de Janeiro de 1349, mas quando esta chegou a Braga já o próprio Arcebispo tinha sido vitimado pela epidemia, tendo falecido a 20 de Dezembro de 1348 (como sugeriu Maria Helena da Cruz Coelho)¹⁸ ou a 18 de Dezembro de 1348 (como se regista no Obituário da Sé do Porto)¹⁹. Nos meios urbanos, as referências são igualmente abundantes. Viterbo registou, no *Elucidário*, um diploma que D. Afonso IV enviou para Moncorvo em 1350 onde se alude "... *como per rrazom da Pestelença, que se seguio, muitos morrerão ...*"²⁰. Um documento relativo a Santar, datado de 1358, referia que durante "... *a Pestelença morreram muytos homes antigos que a verdade sabem e ora som maais de achar homes antigos que se acordem do tempo delrey dom donys e delrey dom afonso seu padre*"²¹.

¹² Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, "Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra", *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XIV). I. Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990, p. 60.

¹³ Idem, ibidem, p. 60.

¹⁴ José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, INCM, 1988, p. 734.

¹⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, doc. 365, de 20 de Abril de 1350.

¹⁶ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, doc. 366.

¹⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, doc. 288.

¹⁸ Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, "O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir", *Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, 1990, p. 416.

¹⁹ No Obituário da Sé do Porto encontramos, no registo relativo ao dia 18 de Dezembro, a seguinte notícia: "*Era de . M. CCC LXXXVJ . Morreo dom Gonçalo Pereyra arcebispo de Braga que leyxou ao Cabidoo dous casaes em Novelas emprazados por XVIIJ mrs.*" (ADP, *Obituário da Sé do Porto*, Ms. 1574, fl. 89v^o).

²⁰ Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário de Palavras, Termos e Frases ...*, vol. II, Porto, 1966, p. 477 (s.v. "Pestelença").

²¹ Iria Gonçalves, "Consequências demográficas da peste Negra", in A. H. de Oliveira Marques, Iria Vicente Gonçalves, Luís António de Oliveira Ramos e Humberto Baquero Moreno, "Para o estudo da Peste Negra em Portugal", *Bracara Augusta*, vol. XIV-XV, Braga, 1963, p. 216.

Um documento de Coimbra, datado de 28 de Janeiro de 1350, registava “*como a terra era minguada das compainas pola Pestelença que Deus deu*” e “*como as herdades e poseções rendiam muijto menos que ante rendjam per razom da dicta Pestelença*”²². E ao longo da segunda metade do Séc. XIV sucedem-se as queixas apresentadas pelas cidades e vilas junto dos monarcas, lamentando-se da escassez de população. Castelo Rodrigo queixou-se em 1350, Marvão em 1351, Santarém em 1358 e em 1364, o Porto em 1361, Torres Novas em 1364, Bragança em 1364 e 1377, Ponte de Lima, Castro Marim e Silves em 1372, Coimbra em 1373, Évora em 1376, etc. No *Obituário da Sé do Porto* regista-se, a dado passo, que estavam vagas “... *huas casas iunto com a morada onde mora Affonso Martynz deam do Porto. E por q no anno da primeyra pestilença atee agora nõ foy achado berdeyro dellas as emprazou ao dito deam por X.III rs e ordenarom II annyverssayros pollas almas de cujas forom ...*”²³. Esta referência – uma das primeiras que conhecemos para a Peste Negra na cidade do Porto – reflecte indirectamente a violência da epidemia: não só os moradores da casa tinham falecido como, durante muitos anos, nenhum herdeiro aparecera a reclamá-la, certamente porque também tinham perecido na epidemia. De resto, na Chancelaria de D. Pedro encontramos uma petição que os moradores do Porto tinham enviado ao monarca que espelha as duras consequências da Peste no povoamento da zona. Queixava-se a cidade do Porto que “... *soya a seer ante da pestilencia que avja hi multidõe de pescado tanto que avondava a terra e levavam del pera fora ... e que ora mudou se assy per mjngoia de pescadores ...*”²⁴. Sublinhemos, por outro lado, o facto do *Obituário* esclarecer que se tratava da “*primeyra pestilença*”, sintoma de que quem exarou a nota tinha consciência de que outras epidemias tinham entretanto ocorrido. Na realidade, o *Obituário* foi redigido algures entre 1447 e 1468, numa altura em que o reino já tinha sido atingido por, pelo menos, mais dezasseis epidemias²⁵.

Quando procedemos ao levantamento e estudo da Epigrafia Medieval Portuguesa²⁶ tivemos oportunidade de identificar pelo menos cinco inscrições que se relacionam com a Epidemia de 1348-49: dois epitáfios que referem explicitamente mortes ocorridas em consequência da Peste Negra, e mais três que, como veremos, oferecem motivos suficientes para suspeitarmos que podem estar associados a essa trágica epidemia.

O primeiro caso – de todos o mais notável – é o epitáfio de D. Lourenço Anes, “homem do Deão” e sobrinho do Bispo D. Miguel Vivas, que foi gravado ao longo do lateral do seu sarcófago, em três campos separados por dois brasões, e na secção da sua tampa. O monumento, que jazia enterrado no subsolo da Capela de S. Lourenço, no Claustro da Sé de Lisboa, foi descoberto em Janeiro de 1985, quando se procedia ao restauro do seu pavimento. A Capela de S. Lourenço, que se ergue na Ala Norte do Claustro da Sé de Lisboa, foi instituída pelo próprio Lourenço Anes em honra do santo seu homónimo²⁷. A extensa inscrição, rica em pormenores

²² Hermínia Vasconcelos Vilar, *A vivência da morte na estremadura portuguesa (1300-1350)*, Diss. de Mestrado, Ed. Policopiada, Lisboa, 1990, Doc. 2, p. 355-356.

²³ ADP, *Obituário da Sé do Porto*, Ms. 1574, fl. 21 v^o.

²⁴ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, ed. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1984, doc. 559, p. 243.

²⁵ Em 1356, 1361-63, 1374-75, 1383-85, 1389, 1400, 1408, 1414-16, 1423, 1427, 1429, 1432, 1437-39, 1448-52, 1456-58 e 1464-69 - cf. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, 1986, p. 21. À lista fornecida por A. H. de Oliveira Marques acrescentamos, apenas, as referências à Epidemia de 1395 (cf. Ana Maria Rodrigues, “Uma peste em Torres Vedras em 1395”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais*, nº 7, Porto, 1988, pp. 3-5), à Epidemia de 1408 (cf. Saúl A. Gomes, “Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra. I. Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, *Estudos Medievais*, vol. 9, Porto, 1988, doc. 79, de 24 de Abril de 1408) e à Epidemia de 1427 (cf. *Monumenta Henricina*, vol. III, doc. 83, de 3 de Outubro de 1427).

²⁶ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Diss. de Doutoramento, 4 vols., Lisboa, FCG-FCT, 2000 (1^a ed., policopiada, Porto, 1995).

²⁷ A actual Capela de S. Lourenço resulta de reforma filipina concluída em 1631, altura em que se deve ter procedido ao ocultamento do arcaz.

no que concerne às disposições testamentárias, consagra o direito de um elemento de sua linhagem estar ligado à Capela de S. Lourenço (mesmo que fosse pobre) e institui a comemoração de doze missas de aniversário, uma por cada mês, tal como ficava igualmente exarado no *Livro da Preciosa*. O texto revela, pela sequência dos diversos campos epigrafados, o ritmo de abertura da inscrição. Com efeito, o sarcófago de D. Lourenço Anes apresenta, ao longo do seu lateral, dois brasões que dividem a sua superfície em três zonas: uma central, mais ampla, e duas laterais, mais estreitas. Os dois escudos repetem as mesmas armas, apresentando o campo carregado com uma banda enxaquetada de cinco ordens, sendo a do meio lisa. Ostentam sistema de suspensão (em cima) e espigão ou ponteira (em baixo)²⁸. A inscrição começou a ser gravada no campo central (A), o mais extenso. Esgotado este, o lapicida passou para o campo lateral direito (B). Como este não foi suficiente para se gravar todo o texto, optou de seguida pela secção da tampa (C). E, finalmente, esgotada esta superfície, utilizou o campo lateral esquerdo para concluir a inscrição (D). Desta forma, ficamos a saber que o epitáfio de Lourenço Anes foi gravado directamente na pedra, sem recurso a uma *ordinatio*, uma vez que se o lapicida a tivesse realizado teria rapidamente verificado a necessidade de utilizar todo o espaço do arcaz, optando por uma sequência natural dos campos epigráficos, alinhando-os da esquerda para a direita. O texto do epitáfio diz:

(A)

+ AQ(u)I : IAZ : LO(u)RENDO : EANES : HOME(m) : DO M DA / AO : CIDADAAO
 : DE M LIXBOA : E : SOBRINHO : DO : EM / : LEITO : DOm : MIG(u)EEL : VIVAS
 : Q(ue) : MA(n)DOU : FAZER : ESTA : / PELO : SEU : (h)AVER : PERA SI : E :
 PERA : OS : DE : SEU : LI / NHAGEm : E MA(n)DOU : Que : (h)AIA : DE :
 (ha)VEER : SEmPRE : HUm : HOME(m) / : MAIS : CHEGADO : DO SEU : LIGNA-
 GE(m) : E : AINDA : Que : SEIA / : POBRE : Que : LHA : NOm : TOLHAm : E
 O CABIDOO : DE : LIXBOA / LHE : HA : DE : FAZER : Em : CADA : HUUm :
 ANO : PERA : TODO : / SEmPRE : XII : ANIVERSARIOS : CONVEm : A SABER :
 CADA / : MES : HUUM : ASI : COMO : HE : ESCRITO : NO : LIVRO : DA / :
 PRECIOSA : E : (h)Am : LHE : DE : FAZER : HUA : FEESTA : DE : VI / : CAPAS
 : E : Com : OR[a]COOS : E : Com : TODO O : AL M SEGUndo : CU / STUME :
 DA : [...] EGREIA : DE : LIXBOA : AA : HOnRA : + /

(B)

DE : SA(o) : L(ourenç)O / E : SA OYT / AVA : E : P / ELAS [Sic] : ANI / VERSARIOS
 / E : FESTAS / HA : DAVE(r) / PELLOS : B / EEnS : DO : DiCTo / L(ouren)CO : ANES
 : L / : E : VI : LIVRAS / E(m) : CADA M HUUm : ANO

(C)

: SE : FAZEREM : OS : ANIVERSARIOS : CO(m) : FESTA : COMO : DITO : IE :
 SE : NO [nom] (h)AIAM : NADA : E (h)A SE : DE : MAnTEER : HUUm : CAPE-
 LA(o) : EN : CADA : / HUUM : ANO : NA M DITA : CAPELA : CANTE : POLO :
 DITO : L(ouren)CO [Anes] CADA : DIA : MIS(s)A : DE : REQ(u)IEM : E : O : CAPE-
 LA(o) : QUE : CA(n)TAR : EN :

²⁸ O túmulo de D. Lourenço Anes é o primeiro exemplo que conhecemos, em Portugal, da utilização de um escudo com ponteira ou espigão, uma moda que tanto sucesso haveria de alcançar entre a heráldica portuguesa da segunda metade da centúria de Trezentos.

(D)

ESTA : CAPELA : / SELA : REZIDEnTE : AS : (h)O / RAS : Em : O CORO : E : O
 : / QUAL : L(ouren)CO : ANES : / PAS(s)OU : NA : PESTE / LENÇA : DA : ERA :
 DE / MIL : E : TREZENTOS : / : OYTEENTA : SEIS : / ANNOS : DE SAA : AL / MA
 : DEUS : PERDOE / AMEN : 29

A figura de Lourenço Anes é relativamente obscura. Pelo texto da epígrafe ficamos a saber que era sobrinho de D. Miguel Vivas³⁰ e que era “homem do Deão”. Pelo facto de ter encomendado a construção da Capela de S. Lourenço podemos deduzir que seria pessoa de algumas posses. A ornamentação do seu moimento – com uma espada e uma lança gravadas na tampa e representações heráldicas no sarcófago – parece indicar que se tratava de pessoa nobilitada. De resto, como já tivemos oportunidade de salientar em 1995, as suas armas apresentam uma organização semelhante ao brasão da família Nogueira, linhagem com a qual, no entanto, não conseguimos ligar D. Lourenço Anes³¹. No entanto, uma das referências documentais conhecidas para Lourenço Anes encontra-se exarada no testamento de Bartolomeu Joanes, revelando que foi um dos *companhons* deste abastado comerciante de grosso trato e que foi um dos seis testamenteiros nomeados por ele. O testamento de Bartolomeu Joanes revela-nos, ainda, que Lourenço Anes era “*público tabelião de Lisboa*”³², circunstância que parece contradizer um eventual estatuto nobilitado. É, portanto, provável que Lourenço Anes fosse um plebeu dotado de bens de fortuna que, procurando prestígio e ascensão social, se apropriou da linguagem simbólica típica da nossa Nobreza, incluindo-a no seu moimento³³. Se assim fosse, estaríamos perante um processo muito similar ao que ocorreu com o próprio Bartolomeu Joanes que, apesar de aparentemente nunca ter sido nobilitado, encomendou um sarcófago carregado com toda a linguagem simbólica da Nobreza – um túmulo com os laterais ornamentados com brasões, encerrado por uma tampa ostentando inscrição na secção lateral³⁴ e ornamentada com a sua estátua jacente, onde Bartolomeu Joanes figura trajando vestuário de corte, com espada e esporas, tudo colocado na Capela de S. Bartolomeu, fundada pelo próprio para sua capela funerária e dedicada ao santo seu homónimo³⁵. Há, como se pode verificar, muitos pontos de contacto entre os casos de Bartolomeu Joanes e Lourenço Anes.

²⁹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 613, pp. 1677-1682. Vd. também Justino Mendes de Almeida, “Uma inscrição inédita da Sé de Lisboa”, *Anais (da A.P.H.)*, IIª Série, vol. 33, Lisboa, 1993, pp. 511-517.

³⁰ D. Miguel Vivas foi Clérigo de D. Afonso IV, Vedor da Chancelaria e Chanceler do mesmo monarca, Cônego de Braga e de Lisboa e Bispo eleito de Viseu (onde sucedeu a D. Gonçalo, falecido em 1328). Encontra-se documentado entre 1325 e 1338. Sobre D. Miguel Vivas veja-se Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, 1990, pp. 369-370, e Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, pp. 1681-1682.

³¹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, p. 1681.

³² O extenso testamento de Bartolomeu Joanes foi publicado por D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora in “A Heráldica medieval da Sé de Lisboa”, sep. do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, IIIª Série, nº 88, Lisboa, 1982, pp. 40-56. Lourenço Anes é referido como testamenteiro na p. 50 e como público tabelião de Lisboa na p. 54.

³³ Como já tivemos oportunidade de defender, julgamos que o túmulo, com os motivos ornamentais, deve ser resultado de uma encomenda realizada pelo próprio Lourenço Anes, embora a inscrição tenha sido gravada já depois do óbito.

³⁴ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 559, pp. 1493-1498, de 30 de Novembro de 1324.

³⁵ A instituição da Capela de S. Bartolomeu encontra-se documentada na mais extensa inscrição medieval portuguesa de que temos conhecimento, datável de [1324] – cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 560, pp. 1498-1505. Sobre o túmulo de Bartolomeu Joanes veja-se, entre outros, Carla Varela Fernandes, *Memórias de Pedra. Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, IPPAR, 2002, pp. 102-110; Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Ed. Presença, 2002, p. 224.

A segunda inscrição que se relaciona directamente com a Peste Negra é o epitáfio de D. João Martins, Abade de Alcobaça. Tal como aconteceu com a quase totalidade das inscrições funerárias dos Abades de Alcobaça, o original deste letreiro desapareceu mas conhecemos o seu conteúdo através de uma leitura de Fr. Fortunato de S. Boaventura. O seu testemunho, apesar de encerrar um pequeno lapso na data, reveste-se de grande importância. Segundo este autor, a inscrição diria:

“Era MCCCCLXXXI [Sic] XX ... Domnus Joannes Martini XII Abbas Alcobaciae Qui XVI Annis Et Mensibus III ... Anno Quo Dira Pestis Devastavit Humanum Genus In Toto Orbe”³⁶.

D. João Martins falecera, portanto, em plena Peste Negra pelo que a data do seu óbito devia ser a Era de MCCCCLXXXVI. Como já referimos, Fr. António Brandão apontava a morte de 150 monges alcobacenses vitimados pela Peste Negra. Apesar do exagero deste número parece certo que o mosteiro cisterciense foi duramente afectado pela epidemia pestífera, nela tendo perecido D. João Martins, que desempenhou as funções de Abade durante 16 anos e 4 meses. Infelizmente a sua tampa epigrafada, que se encontrava na Sala do Capítulo (o local canonicamente recomendado para a sepultura dos Abades que faleciam no exercício do seu cargo), desapareceu com a remodelação do pavimento deste compartimento³⁷. Anotemos que logo em Fevereiro de 1349 o Mosteiro elegeu o seu sucessor, Fr. Vicente Geraldês³⁸.

A terceira inscrição que pode ser relacionada com a Peste Negra é o epitáfio de Vicente Martins Curvo, falecido a 18 de Agosto de 1348, que se conserva na Igreja paroquial de S. Vicente de Veiros (Estremoz). O seu texto diz:

AQ(u)I : IAZ : VICENTE : MARTII(n)Z / CURVO : HOMEN : BOON : e R / ICO :
 NO SEU : TENPO : O Q(u)aL : / MOR(r)EO : DEZ : VIII : DIAS : DA / GOSTO :
 E(ra) : M : CCC : LXXX : / e VI : ANOS : CUIus : ANIMA : RE / Q(u)iESCAT IN
 PACE : AMEN / < L >³⁹

Como se pode verificar, o epitáfio não encerra qualquer referência directa à Peste Negra. De resto, se aceitássemos a data mais usualmente referida pelos investigadores para a entrada da epidemia no reino – o S. Miguel de Setembro –, o óbito até teria ocorrido antes. No entanto, como referimos, há motivos suficientes para se suspeitar que a Peste penetrou em Portugal alguns meses antes de Setembro. A associação da morte de Vicente Martins Curvo à Peste sai reforçada se atendermos a que em Veiros, uma pequena povoação alentejana ainda hoje com reduzidos efectivos demográficos, havia uma outra inscrição funerária do mesmo ano de 1348. Com efeito, o Pe. Henrique da Silva Louro registou um outro epitáfio que diria:

³⁶ Fr. Fortunato de S. Boaventura, *História Chronológica e Crítica da Real Abbadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal, para servir de continuação à Alcobaça Illustrada*, Lisboa, 1827, p. 178. Sobre este epitáfio vd. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 614, pp. 1682-1683.

³⁷ Os Abades que faleciam no exercício do cargo eram enterrados na Sala do Capítulo, privilégio que era vedado a outros monges, incluindo aqueles que tinham sido abades mas tinham abdicado em vida. A reforma do pavimento da Sala do Capítulo do Mosteiro de Alcobaça implicou a destruição irremediável de todas as tampas epigrafadas dos Abades. Apenas sobraram as epígrafes funerárias de D. Estêvão Martins (falecido a 17 de Setembro de 1285) e de D. Domingos Martins (falecido a 22 de Janeiro de 1302), precisamente porque tinham abdicado do cargo e falecido na simples condição de monges, tendo sido por isso enterrados na Ala Leste do Claustro do Silêncio (cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 408; vol. 2, tomo 2, Insc. nº 498).

³⁸ Cf. *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 99.

³⁹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 616, pp. 1690-1692. Vd. também Henrique da Silva Louro, “Inscrições Lapidares de Veiros”, *Alto Alentejo*, nº 4, Évora, 1959, p. 18, e Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VIII, *Distrito de Évora - Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, Lisboa, 1975, p. 254.

“[...] / e Dona [...] Vaz ? sua mulher que faleceram aos 13 dias de Dezembro de 1386”⁴⁰.

Trata-se, portanto, de um epitáfio duplo que ficou a assinalar a morte de marido e mulher ocorrida a 13 de Dezembro de 1348. Infelizmente, este segundo epitáfio da Igreja de Veiros deve ter ficado encoberto pelo estrado de madeira do novo altar-mor do templo, não sendo hoje visível. O facto de os óbitos terem ocorrido no ano de 1348 e no mesmo dia parece assegurar que estamos perante mais um testemunho da Peste Negra. E a conjugação destes dados com o epitáfio de Vicente Martins Curvo parece revelar que a pequena vila de Veiros foi, também ela, duramente afectada pela epidemia.

O quinto testemunho epigráfico que pode ser associado à Peste Negra é o epitáfio de D. Nicolau Martins, Prior de Vila Boa do Bispo, que faleceu a 25 de Novembro de 1348, tendo sido mais tarde trasladado para o cenotáfio dotado de estátua jacente, fruto da encomenda de seu irmão, o qual se conserva hoje embutido num arcossólio na Igreja paroquial de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses). Tal como os exemplos de Veiros, o epitáfio de D. Nicolau Martins não regista qualquer referência à Peste Negra, dizendo apenas:

+ AQUI : IAS : DON : NICOLAO MARTI(n)S : PRIOR : QUE : FOY : DE : VILA :
BOA : DO BISPO : E : PAS(s)OU : [a XXV] / DIAS : DE : NOVENBRO : ERA : D(e)
: M : CCC : LXXXVI : ANOS : 41

D. Nicolau Martins ocupou o cargo de Prior do Mosteiro de Vila Boa do Bispo, documentando-se à frente dos destinos desta casa monástica dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho entre 1316 e 1348⁴². Era irmão de D. Afonso Martins, Abade do Mosteiro de Pendorada, e de Júrio Geraldes, Vassalo de D. Fernando e Corregedor da Comarca de Entre-Douro-e-Minho (a quem se deve a encomenda do sarcófago de D. Nicolau Martins, ornamentado com estátua jacente). A data da morte de D. Nicolau Martins tem suscitado alguns equívocos. D. Rodrigo da Cunha, Fr. Nicolau de Santa Maria e António Carvalho da Costa leram sempre a Era de «MCCCLXXXVI» (A.D. 1348)⁴³. Armando de Mattos leu a Era de «MCCCLXXXIII» (A.D. 1345)⁴⁴ e, desde então, todos seguiram esta leitura. No entanto, é seguro que se trata da Era de 1386 (A.D. 1348), o que sugere que o Prior pode ter falecido com a Peste. Esta hipótese sai reforçada se atendermos ao facto de D. Nicolau Martins ter sido enterrado em sepultura singela, o que motivou a encomenda do cenotáfio, criado cerca de 1362, por encomenda de seu irmão.

São estes os cinco epitáfios que, em Portugal, se podem relacionar com a Peste Negra – os dois primeiros reportando-se explicitamente à epidemia, os restantes três apresentando um elevado grau de probabilidade de corresponderem a óbitos também ocorridos em consequência do terrível flagelo. Apesar de não encerrarem grandes novidades, são mais alguns testemunhos a ter em conta no momento em que se redigir uma monografia exaustiva sobre a Peste Negra em Portugal. Os contributos da Epigrafia para esta temática não se encerram, no entanto, com a grande epidemia de 1348, havendo outras inscrições que relacionadas com os vários surtos pestíferos que afectaram o reino nos finais da Idade Média e nos alvares da Época Moderna.

⁴⁰ Cf. Henrique da Silva Louro, “Inscrições Lapidares de Veiros”, *Alto Alentejo*, nº 4, Évora, 1959, p. 16, e Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 618, pp. 1697-1698.

⁴¹ Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. 2, tomo 2, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. nº 617, pp. 1692-1697 (onde se indica outra bibliografia que, dada a sua extensão, nos dispensamos de aqui citar).

⁴² Cf. Fr. Nicolau de St^a. Maria, *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, vol. I, Lisboa, 1668, p. 289.

⁴³ Cf. D. Rodrigo da Cunha, *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, Porto, 1623, p. 432; Fr. Nicolau de St^a. Maria, *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, Parte 1^a, Livro VI, Lisboa, 1668, p. 289; António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, vol. I, Braga, 1868, p. 352 (1^a ed., 1706).

⁴⁴ Armando de Mattos, *Dois Estudos – Manis Palla e Giral Cabrom*, Porto, 1943, p. 37-38.